



## GT 055. Povos e Comunidades Tradicionais: estratégias de mobilização política, reconhecimento e luta pela garantia de direitos

Claudina Azevedo Maximiano (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas) - Coordenador/a, Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA-UFRRJ) - Coordenador/a, Maria Helena Ortolan (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM) - Debatedor/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Maria José da Silva Aquino Teisserenc (Universidade Federal do Pará) - Debatedor/a

O reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais vigentes a partir da Constituição Federal de 1988 trouxe como desdobramentos políticas específicas, principalmente no que diz respeito à assistência estatal nas áreas de educação, saúde, economia e regularização de terras. Tais direitos foram se consolidando através da ação desses agentes sociais, concretizado nos diversos movimentos sociais que em suas pautas reivindicatórias trouxeram para o cenário político brasileiro as demandas de garantias de direitos específicos e diferenciados. Esse Grupo de Trabalho (GT) pretende reunir pesquisadores interessados em analisar comparativamente, por meio da apresentação de pesquisas a atuação dos agentes sociais, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, artesãos entre outros. As articulações e lutas pelo reconhecimento e por afirmação dos direitos conquistados e, ainda a fragilização e ameaças aos direitos conquistados no atual contexto sociopolítico brasileiro serão os objetos das discussões e reflexões desse GT. O objetivo é refletir e possibilitar discussões sobre as estratégias utilizadas pelos povos e comunidades tradicionais na perspectiva do fortalecimento das lutas pela reafirmação de direitos conquistados, sobretudo o que tange a educação, saúde e a defesa dos territórios tradicionalmente ocupados.

### **JENIPAPO-KANINDÉ: processo de emergência étnica e estratégias de mobilização política.**

**Autoria:** Thaynara Martins Freitas

Com a promulgação da Constituição de 1988, que garante direitos específicos e diferenciados aos povos tradicionais, deu início, no Ceará, ao processo de emergência étnica de seus povos indígenas, anteriormente silenciados pelo Relatório Provincial de 1863 que extinguiu a presença indígena no estado. A partir deste contexto, a presente proposta tem por objetivo, apresentar o processo de emergência étnica vivenciada pelos Jenipapo-Kanindé, comunidade indígena situada no município de Aquiraz, Região Metropolitana de Fortaleza e organizados a partir do início da década de 90. Assim, seu processo histórico, a atual organização social e política, os agentes colaboradores, suas estratégias e ações pela busca, reconhecimento e fortalecimento de seus direitos reivindicados e conquistados, serão foco da comunicação. Palavras-chaves: Jenipapo-Kanindé; mobilização política; emergência étnica



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

